

Apuração até o fim

BERNARDINO FURTADO,
LEONARDO CAVALCANTI
E MATHEUS LEITÃO

DA EQUIPE DO CORREIO

Os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio de Mello, e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Approbato Machado, defenderam ontem uma investigação profunda sobre a conduta dos desembargadores Pedro Aurélio e Wellington Medeiros, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF). "Tem de haver uma apuração rigorosa até para que a magistratura não fique maculada. A credibilidade, quando se atua como Estado-juiz, é tudo", afirmou o ministro Marco Aurélio. Approbato disse que as investigações sobre a atuação dos desembargadores têm de ir até o fim, não podem ficar sem resposta, seja ela qual for. O presidente da OAB ressaltou que a instituição defende o afastamento dos magistrados até a conclusão das apurações. "O Judiciário é pilar da democracia e sobre ele não pode pairar nenhuma desconfiança", justificou.

Pedro Aurélio e Medeiros são apontados em sindicância interna do TJDF. Enquanto o nome de Pedro Aurélio está envolvido na investigação com traficantes de drogas, o de Medeiros relaciona-se à grilagem de terras. O resultado da apuração está documentado em 47 volumes. Os documentos guardam depoimentos de juízes e de advogados, além de escutas telefônicas feitas pela Polícia Civil do Distrito Federal com autorização judicial. A sindicância, comandada por cinco desembargadores, foi encerrada em dezembro do ano passado e encaminhada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), responsável pela possível abertura de inquérito e julgamento de Pedro Aurélio e Medeiros. Antes, o Ministério Público Federal precisa encaminhar a denúncia contra os desembargadores, que pode acontecer na próxima semana.

As relações entre Pedro Aurélio e traficantes começaram a ser apuradas no início do ano passado. O principal caso analisado na sindicância trata do advogado Manoel Barreto Pinheiro e do traficante Alexandre de Lima Silva, Chaves. Pinheiro teve a prisão preventiva decretada pelo juiz da 3ª Vara de Entorpecentes e está foragido. O advogado e o traficante mantiveram relação profissional nos primeiros meses do ano passado. Na madrugada de 25 de janeiro de 2002, Chaves, e outras pessoas, foi preso com 7,3kg de merla, droga produzida a partir da pasta de cocaína. Três semanas depois de preso, ganhou a liberdade. Quem concedeu o *habeas corpus*, às 20h19 da sexta-feira, 22 de março do ano passado, foi o desembargador Pedro Aurélio.

Menos de quatro meses depois, Chaves voltou a ser preso

com mais 17 pessoas numa operação que envolveu 100 policiais civis de 12 delegacias. Três dos acusados fabricavam 50kg de merla, numa chácara de Santo Antônio do Descoberto. Com Chaves, foram apreendidos R\$ 30 mil em dinheiro e dezenas de cheques. Entre uma prisão e outra de Chaves, a Polícia Civil monitorou os telefones do traficante. Um dos trechos das conversas gravadas mostra diálogo entre Pinheiro e o criminoso. O advogado promete ao traficante que irá conversar com um desembargador. E sugere a disposição do magistrado em livrar Chaves.

— Ele (desembargador) falou: 'Esse cara é o único que vai ser salvo aí, viu?'

Crime organizado

Os novos casos de envolvimento de integrantes do Judiciário com o crime organizado não surpreenderam a deputada Denise Frossard (PSDB-RJ). Ela lembra que, há dez anos, na sentença em que condenou um grupo de bicheiros do Rio e 40 oficiais da Polícia Militar, advertiu que parte da criminalidade organizada havia capturado o Estado constitucional. "Faltaram investigação e leis para combater esse processo de corrupção das instituições democráticas", afirma Frossard. Segundo a parlamentar, a apuração exaustiva das denúncias contra os desembargadores Pedro Aurélio e Wellington Medeiros é uma obrigação do Judiciário. "Quando matam um juiz que está cumprindo o seu dever, o Estado fica enfraquecido, mas quando descobre-se um crime cometido por um magistrado, rouba-se a fé e a esperança do povo no Estado democrático", afirmou Frossard.

O deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), que atuou como procurador-geral de Justiça na condenação da advogada Jorgina de Freitas e do juiz Wilson Escóssia da Veiga, no caso que ficou conhecido como máfia da Previdência, considera positivo que as denúncias contra juízes estejam chegando à opinião pública. "É um sinal de que o próprio Judiciário está procurando investigar e punir os maus magistrados", diz Biscaia. "O combate ao crime organizado têm de envolver todos os poderes, com todo o rigor", afirma o deputado.



Carlos Moura 6.8.01

TEM DE HAVER UMA APURAÇÃO RIGOROSA ATÉ PARA QUE A MAGISTRATURA NÃO FIQUE MACULADA. A CREDIBILIDADE É TUDO

Marco Aurélio de Mello, presidente do STF

O PODER JUDICIÁRIO É PILAR DA DEMOCRACIA E SOBRE ELE NÃO PODE PAIRAR NENHUMA DESCONFIANÇA

Rubens Approbato Machado,
presidente da OAB



Juiz não pode se afastar

O presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF), Natanael Caetano, disse ontem que o desembargador Pedro Aurélio Rosa de Farias não tem o direito de pedir o afastamento voluntário do cargo.

Durante entrevista coletiva na manhã da última segunda, Pedro Aurélio disse que se afastaria do cargo e chegou a oficializar o pedido à presidência do TJDF. Caetano, entretanto, não chegou a analisar o documento.

O afastamento, segundo o presidente do TJDF, é uma punição, dada a partir de um processo administrativo ou criminal. Assim, restaria a Pedro Aurélio entrar apenas com pedido de licença-prêmio ou médica.

Caso condenado no processo administrativo do Tribunal, Pedro Aurélio será afastado sem perder o direito à remuneração. Se condenado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), o desembargador, além de perder os benefícios do cargo, responderá pelos possíveis cri-

mes cometidos.

"É desagradável um fato como esse dentro do Tribunal", disse Caetano por meio de sua assessoria. Caetano afirmou ainda que espera uma conclusão rápida do processo administrativo envolvendo Pedro Aurélio e o desembargador Wellington Medeiros, incluído nas investigações a partir da suspeita de ter favorecido os irmãos Pedro e Márcio Passos em sentenças judiciais.

Na entrevista da segunda-feira, Pedro Aurélio chegou a afirmar que tinha direito a 11 meses de licença-prêmio. "Não tenho cabeça para julgar. E (com a sindicância) estou perdendo o meu prumo. Não quero ser lynchado."

Pedro Aurélio não foi visto ontem no Tribunal — Medeiros, entretanto, participou das atividades normalmente. As conversas entre os funcionários tinham um só tema ontem: a denúncia de venda de *habeas corpus* para traficantes. Os magistrados preferiram manter a discrição sobre o assunto.